



## EXPERIMENTADORES

### NO FRONT DA VIDA: ARTES - FATOS E AFETOS DE UMA COMUNIDADE EM SITUAÇÃO DE RUA EM CUIABÁ MT

**Eliete Borges Lopes**

Universidade Federal do Mato Grosso  
folhasdarelv@gmail.com

A tese de que existe em Cuiabá uma comunidade em situação de rua que habita a Ilha do Bananal no Centro da Cidade e que esta comunidade possui uma auto-organização a partir dos *arte-fatos* e afetos que mobilizam foi defendida em 2016 e é um enfrentamento à questão de como a rua tem sido tratada na Cidade de Cuiabá, diga-se de passagem, não tem havido políticas para esse setor.

Este fenômeno foi descrito a partir da pesquisa de campo exploratória e contou com o diálogo com moradores em situação de rua e descrição dos fenômenos que compõe a comunidade que habita a Ilha do Bananal. Os *arte-fatos* e afetos são uma maneira de dizer de toda uma cultura material e imaterial que envolve a vida da população em situação de rua que habita a Ilha do Bananal. A principal interlocutora do trabalho foi Andreia, a Cheirosa, que morreu este ano. A pesquisa revela que mesmo vivendo sob égide da vulnerabilidade a comunidade da Ilha do Bananal consegue resistir frente a fenômenos como a pobreza e a violência. O trajeto de pesquisa desenvolveu-se a partir do fenômeno de interação entre a população em situação de rua e os diversos elementos presentes na comunidade, quer seja, a dimensão arquitetônica, os *graffitis* e atos performativos da vida na rua. As dimensões de apropriação e transformação da cultura e da própria vida através dos *arte-fatos* e afetos presentes na comunidade garantem o habitar a rua como processo de resistência e dão indicativos da possibilidade de uma episteme nova para o entendimento da perspectiva da população em situação de rua. Uma episteme das

ruas e sobretudo uma episteme das ruas do Sul começa a se insinuar numa trajetória em que a população em situação de rua como protagonista do processo de habitar a rua deixa ver sua potência crítico-educativa.

## CONTEXTUALIZAÇÃO

A ideia central que forma este artigo é a de que existe uma comunidade em situação de rua que mora no centro de Cuiabá e que no arcabouço de uma pesquisa de doutoramento se revela como uma comunidade que se auto organiza e que possui laços sociais e afetos que atravessam a cidade e a produz em concomitância com a produção mesma dos arte-fatos de sobrevivência no interior da Ilha do Bananal.

Chegar à existência desta comunidade de rua vivendo no Centro da Cidade de Cuiabá estruturamos a pesquisa nas seguintes fases: cartografia das ruas<sup>1</sup>, pesquisa exploratória e interpretação descrição dos fenômenos. Nas etapas de cartografia, pesquisa exploratória e pesquisa descritiva, descobrimos uma comunidade composta por mais de sessenta (60) pessoas vivendo numa localidade chamada de Ilha do Bananal. Essa região está situada geograficamente entre o Morro da Luz e o Beco do Candeeiro no Centro Norte da Cidade de Cuiabá-MT-BR.

Percebemos através da observação e interação com a comunidade da Ilha do Bananal é a de que esta possui uma auto-organização e que este aspecto é fundamental para sua sobrevivência enquanto comunidade nômade.

Esta pesquisa também descobriu a existência de uma comunidade nascente e rememorou uma comunidade extinta que será brevemente mencionada.

A Ilha do Bananal possui um envoltório de temas crítico-reflexivos com grande potencial educativo vinculados ao seu território e entorno dado principalmente pelos *grafittis*; possui também um repertório de agentes e ações que bebem em seus temas, quer seja, o tema da rua e da vida nas ruas – inspiração para este e outros trabalhos que certamente virão deste e que, portanto, bebe nesta fonte a que me refiro.

---

<sup>1</sup> Cartografia aqui é utilizada no sentido de criar mapas de imagens, uma perspectiva que coloca a centralidade, portanto, nas imagens da cidade, no caso uma cartografia voltada para as imagens da população em situação de rua e suas relações com o urbano. Interessa a esta cartografia o registro da vida dessa população através da imagem das pessoas em seus contextos de vida e interação com o urbano, por isso ações como dormir, andar, comer, passear, transitar, pedir, cantar, chorar, gritar, surtar e defecar na rua interessam.

Neste repertório de manifestações da cultura e da arte de rua, o *graffiti* e as performances dos habitantes da ilha e de seus interlocutores forjam a particularidade simbólico comunicacional do vir-a-ser deste território.

A relação entre patrimônio arquitetônico, *graffitis* e performances da população em situação de rua dá-nos o cenário da Ilha como um território que, apesar da violência a ele relegada, também possui potencial educativo, do ponto de vista de que a comunidade atua um teatro e pedagogia dos oprimidos. As interlocuções com os moradores de rua revelam condição de possibilidades educativas do território a partir do conjunto de imagens e de interação que estas congregam. Apesar deste território estar legado ao abandono pelo poder público sua organização enquanto moradias é certamente um aspecto que revela a auto-organização e o potencial de sociabilidade das pessoas que habitam os casarões da Ilha do Bananal.

Se complementa a tudo isso a perspectiva de que essa comunidade é por sua vez interagente com este constructo da cultura material artística de rua, ou seja, ela constitui junto desse amplo aspecto cultural um aspecto sócio político que relaciona território, habitação e cultura.

A Ilha do Bananal mobiliza todos esses elementos que chamamos aqui de *arte-fatos* e de afetos e que são, em suas ligações com o contexto de vida da cidade, o âmbito comunitário, vida comum ou vida compartilhada presente na Ilha. Os afetos dizem respeito a toda interação e maneira de se presentificar e de se conectar ao território, de sorte que também o meu afeto de conexão analítico descritivo e desejante forma com as pessoas do lugar e a cultura um prisma das paisagens da ilha.

A ilha configura um território de saberes, presentes sobretudo em *arte-fatos* e afetos que estão em *devenir* e também os sentidos de vida da comunidade.

Veremos que outras ilhas também integram o *devenir* morar na rua, habitar a rua. O patrimônio arquitetônico, os *graffitis* e as performances dos moradores de rua presentes na Comunidade da Ilha do Bananal e seu entorno constroem uma maneira de habitar a rua muito própria a estes moradores, pois encontram entre o Morro da Luz, o Beco do Candeeiro e a Ilha do Bananal complementaridades entre as representações da casa, do quintal e da cidade ao mesmo tempo em que tudo foge a estas representações.

Habitar a rua torce o sentido do urbano, e por isso o fenômeno é feito de ambiguidades e ambivalências. Assim nos questionamos: Dentre as ambiguidades das ilhas está a de ensinar a pensar sobre uma cidade educadora? As ilhas dariam conta de falar sobre uma nova maneira de ver/ser na/da cidade? Habitar a rua pode constituir, para além das táticas de sobrevivência no *front*, um ponto de vista da educação que leve em conta a vida dessas populações numa perspectiva de educação popular? Com quem, quais personagens e autores, se pensaria tal aspecto da educação?

Compreender o urbano a partir de uma população que habita a rua é um desafio que toca as pedagogias comprometidas com as lutas pela terra e território e, neste sentido, mergulhar na cultura de rua, pensá-la como comunidades pode trazer à tona uma episteme nova – uma episteme que se configure como uma episteme do Sul e mais ainda como uma episteme das ruas do Sul. Também poderíamos pensar em termos da consolidação de algo realmente novo na arte pública, conceito que ganhou notabilidade a partir da incursão dos movimentos tipicamente da rua. Como isso seria possível?



Foto: Eliete Borges Lopes – (Detalhes: Av. do CPA – 2015 e Rodoviária, 2015)

## POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA EM CUIABÁ

O termo “população em situação de rua” será aqui utilizado de maneira a relevar a parcela da população que se encontra morando na rua, habitando a rua. Quando não for possível utilizar esse termo, o mais adequado contemporaneamente, usaremos “morador em situação de rua” ou “morador de rua”, em contraponto ao uso de “mendigos” ou “andarilhos”.

Abordaremos no decorrer do trabalho que as pessoas em situação de rua fazem parte dos grupos vulneráveis, em contrapartida a algumas formulações que tratam a população em situação de rua como desvalidos, fragilizados, débeis ou aqueles a quem sempre falta algo; traremos a dimensão de uma população que se auto organiza e que é ativa e rebelde.

A pesquisa realizada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no período de agosto de 2007 a março de 2008, constatou que em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre, que já possuíam levantamentos próprios) existiam 31.922 pessoas que utilizam as ruas como forma de moradia no país.

Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em 2008<sup>2</sup>.

A partir dos questionários aplicados com essas pessoas maiores de 18 anos, encontramos alguns dados relevantes no relatório que apresentamos em síntese: 82% desta população são do sexo masculino; 53% dos entrevistados possuem entre 25 e 44 anos; 39% se declararam pardas; 29,5% brancas e 27,9 negras; 52,6% recebiam entre R\$ 20,00 e R\$ 80,00 semanais; 74% dos entrevistados declararam saber ler e escrever; 17,1% respondeu que não sabem escrever e 8,3% apenas disseram que assinam o próprio nome.

Os dados deste levantamento são importantes no quesito trabalho, pois 70,9% declararam exercer algum tipo de atividade remunerada, das quais: 27,5% são catadores de materiais recicláveis; 14,1% são flanelinhas; 6,3% trabalham na construção civil; 4,2% exercem atividades de limpeza; e 3,1% são carregadores ou estivadores. É interessante que somente 15,7% dos entrevistados declaram que pediam esmola como meio de obtenção de renda.

---

<sup>2</sup> BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília – DP: [s.n], 2008. Disponível em: <http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf> (Acessado em 07/11/2016).

Outro dado interessante elucidativo da pesquisa é sobre a origem da população em situação de rua, pois 4,8% dos pesquisados responderam que sempre viveram no município em que moram atualmente. Considerando os outros 54,2% dos entrevistados, temos que destes 56% vieram de municípios do mesmo estado de moradia atual e 72% vieram de áreas urbanas. Conclui-se que parte considerável da população em situação de rua é originária do mesmo local em que se encontra ou de locais próximos, não sendo em decorrência de deslocamentos ou de migração do campo para a cidade.

### **A PESQUISA JUNTO DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA**

Meu lugar de pertencimento na pesquisa junto da população em situação de rua é um lugar que está no coletivo; não é meu: é nosso. E nesse lugar onde pesquisa e vida não se separam, o esforço é o de compreender, por exemplo, como se constitui a Comunidade da Ilha do Bananal, com seus traços particulares de bando e nomadismo e como estes articulam os *arte-fatos* e os afetos relativos ao território.

Junto dessa população percebemos, por exemplo, o aprofundamento dos laços sociais que criam pertencimentos e afetos que revelam uma população ativa e rebelde que, em face do abandono, tem como estratégia de defesa e de luta o 'bando' que, somado à afetividade, traz à tona comunidades nascentes, e comunidades em *Devir*.

Trata-se de comunidades de sujeitos coletivos que se negam a um coletivismo gregário, sujeitos políticos que destronam a política na crítica que fazem enquanto aqueles que se sabem tornados vulneráveis e que essa condição é, ao mesmo tempo, uma forma de existir e resistir, portanto de r-existir.

R-existir ganha um sentido de vida, daquele que está lançado na existência como sobrevivente, isto é, aquele que existe em combate com tudo aquilo que o hostiliza, ou seja, que ameaça a sua própria existência e que no combate pela sua manutenção encontra a existência como resistência por isso R-existe.

Essas populações, que na vida estão como que na linha de frente, no *front* mesmo de um combate travado em nome de uma suposta civilidade, lida com aquilo tudo: Estado, Governo, Sociedade e Política, que os qualifica como incivilizados, selvagens, sem alma, sujeitos, ladrões, imorais, doentes, loucos e animais.

Aqui aparece uma colonialidade que surge como classes, nomenclaturas, diagnósticos, avaliações vindas de várias áreas dos saberes e que tratam a população em situação de rua muitas vezes na condição de um rebaixamento de sua própria humanidade.

Assim, estar no *front* afirma por um lado uma alternativa, uma escolha, mas também uma falta de opção, uma violência. Se por um lado afirma uma potência, uma condição de possibilidade, uma vida nova, um devir criança, um devir animal e um devir louco, por outro lado também afirma a maneira colonial de tratar essa população em muitos gradientes de normatividade que transforma a condição de diferença numa profunda desigualdade como o sabemos a partir de Boaventura de Souza Santos e todos os teóricos que tratam da colonialidade do ser, do saber, do poder e porque não, do viver.

A manutenção da vida dessa população constitui uma luta contrária à colonialidade do viver e do habitar. Por isso traz consigo uma afirmação da vida. A afirmação da vida a partir da r-existência às violências forma parte da auto-organização de comunidades em situação de rua e mostra a vida no *front* a partir das tentativas de aniquilamento como constitutiva da própria vida urbana.

Ao mesmo tempo, o urbano construído pela população de rua ganha a tônica de processo de colonização pelo sistema-mundo-capitalista e também de um *habitat*. Habitat não no sentido de encontrar um conjunto de elementos e situações físicas, geográficas e territoriais que favoreçam o seu desenvolvimento, mais ou menos como entende a biologia, mas um sentido de *habitat* como lugar único e que projeta sobre o mundo sua unicidade, sua imensa capacidade de continuar a ser único em sua manifestação e ao qual se pode buscar como condição de possibilidade de um outro urbano, uma outra cidade, um outro mundo possível.

Neste sentido o a população em situação de rua é justamente aquela que consegue construir o fenômeno “morar” a partir dos detritos, destroços, desperdícios e desusos, formando assim para usar uma expressão do poeta Manoel de Barros, uma série de desutilidades poéticas.

O lado perverso disso tudo é a acumulação de alguns enquanto que outros precisam viver do que foi descartado. Outro lado também muito complexo do ponto de vista educacional é preconceito quanto a não existência de dignidade em uma vida



que se descole do consumismo e da propriedade privada, no caso da vida na rua. Veremos como estes preconceitos se veiculam a diversos discursos, dentre eles o de limpeza.

A comunidade de rua, ou comunidade no *front*, além de evidenciar que o processo de Colonialidade do habitar e o silenciamento do r-existir dessas populações são estratégias de um poder soberano, para lembrar Agambem (2004) também fazem ver que o silenciamento atinge seu ápice como marca do processo civilizatório e que nos massacres, chacinas e assassinatos que promovem o aniquilamento da população em situação de rua se tem a marca de seu poder de destruir populações.

O totalitarismo moderno pode ser definido, nesse sentido, como a instauração, por meio do estado de exceção, de uma guerra civil legal que permite a eliminação física não só dos adversários políticos, mas também de categorias inteiras de cidadãos que, por qualquer razão, pareçam não integráveis ao sistema político. Desde então, a criação voluntária de um estado de emergência permanente (ainda que, eventualmente, não declarado no sentido técnico) tornou-se uma das práticas essenciais dos Estados contemporâneos, inclusive dos chamados democráticos. (IDEM, P.13)

Dizer da existência de uma população de rua organizada numa comunidade como a comunidade da Ilha do Bananal é problematizar a legitimidade da morte na rua, pois encarar que não é problema viver na rua nos propõe uma visão nova da vida em sua manifestação, entendendo que o problema da vida na rua não é propriamente a vida na rua e sim a morte na rua, ou seja, a autorização da morte na rua e sua não autorização enquanto manutenção da vida.

Esse dilema entre viver e morrer, onde ambos possam se tornar um o sinônimo do outro, tem implicações sérias do ponto de vista de que se assim assumimos como algo dado na realidade ou consequência das escolhas feitas, estaremos tomando um ponto de vista de permissão para a morte daquele que tem a sua vida nua, ou seja, aquele que, na condição de matável, pode também morrer na rua, sem maiores implicações. Isso também problematiza a rua enquanto território de morte e não como território de vida, o que enfraquece a própria noção de vida e de vida nas cidades.

Se viver significa morrer, deixar morrer e ao mesmo tempo, fazer viver, o que poderia nestas condições afirmar a vida?

Esta foi durante a pesquisa uma questão importante e por isso entendemos que falar da comunidade de rua, de seus *arte-fatos* e afetos de vida é a melhor



maneira de afirmar a vida; é disso que se trata. Não uma vida idealizada, ou que tenha dimensões prescritivas de como ela deva ser vivida, nem mesmo uma vida que não deseje a morte, ou que não tenha a morte como a espreita; sabemos que não se trata disso.

Se trata de afirmar a vida que é vivida, aquela que é presentificada e que mesmo tendo sido deixada para morrer, no sentido do abandono, e por isso se encontra no *front*, é ao mesmo tempo aquela que vive e deseja viver, não aquela que se faz viver no sentido de legar a vida como condição, mas aquela que encontrou uma saída que não é outra que não a própria vida em suas contradições e ambiguidades, em suas existências e resistências, o pulso que pulsa a vida que vive.

Colocar a questão da comunidade é colocar para este trabalho uma questão central para pensar a Comunidade como Ilha, como uma comunidade em devir, no sentido de que ela é e ao mesmo tempo está se formando, se fazendo, e ainda mais se perguntar: o que pode significar ser uma comunidade numa ilha? Que *habitat* é esse que integra o urbano sendo ilha? Como uma população empobrecida e sem recurso financeiro ou de investimento consegue organizar uma comunidade e sobreviver pairando sobre si a permissão para a morte? Em que condições se forma essa comunidade? O que é aqui uma comunidade e uma ilha?

É possível pensar uma comunidade de mortais desde que ela seja de outra ordem. O filósofo francês Georges Bataille estabeleceu uma diferenciação, que me parece muito pertinente, entre uma 'comunidade tradicional' e uma 'comunidade eletiva'. A 'comunidade tradicional' se funda na veneração da raça, solo ou tradição. A 'comunidade eletiva' é a comunidade desses que nada tem em comum, a não ser 'uma escolha da parte dos elementos que a compõem'. Só que o 'escolher' refere-se menos à comunidade mesma do que à condição de mortal. É preciso primeiro escolher ser mortal. Trata-se de uma situação ambivalente: não podemos perder a comunidade, pois ela nos constitui essencialmente; somos condenados a ela. Mas, ao mesmo tempo, a comunidade não é dada, impõe-se conquistá-la e tornar possível seu vir-a-ser. (LINS, 2007)

É preciso dizer que estas populações resistem, como na Ilha do Bananal, cercados e no interior da cidade como desorganizadoras das lógicas urbanas, mas também como integrantes a elas como articuladoras de novas possibilidades de vida e de vida na rua, mas também cerceadas e tolhidas pelas mesmas políticas de controle.

O fenômeno do “habitar a ilha” neste sentido está composto de ambiguidades e ambivalências que se mostraram durante o percurso de pesquisa e que se mostram aqui nos fragmentos escolhidos como partes dos relatos e das análises.

A ambiguidade dá-se no cruzamento de linhas de vida e de morte que atravessam a vida dessa comunidade, na violência intrínseca ao processo de manutenção da comunidade e na relação com o que é externo à ilha, na própria conexão entre interior e exterior.

A ligação entre interior e exterior é pensada como trânsito, como troca, como jogo entre todo e qualquer vir-a-ser da comunidade da Ilha do Bananal, não a encerrando num nome ou numa categoria, como pode querer a ideia de ilha ou de comunidade. Esse trânsito, jogo, esse intercâmbio diz de uma comunidade que, respeitando a característica do conceito de comunidade em Agambem, não tem nada de endógeno, de fechada em si mesma, de auto excludente, nem que se defina apenas a partir de si mesma. Ela é auto referenciada, mas não é autóctone. Ele é auto referencial, mas não fechada.

O jogo entre a comunidade da ilha do bananal e a sociedade envolvente, o entorno ou como queiram chamar as outras pessoas que não moram na comunidade da Ilha do Bananal, é dado por uma grande quantidade de eventos que atravessa a vida dos moradores da ilha e que são parte da população de rua.

Esses atravessamentos dão conta de uma vivência complexa e que ao mesmo tempo trazem à tona essas ambiguidades próprias da vida humana e, sobretudo, de uma vida no *front*. Estar entre é uma expressão interessante e que pode ajudar a pensar a ilha como fronteira, uma ilha como uma faixa limítrofe em que se conjugam tantos afetos diferentes que traçam sobre o território tantas linhas que também ele deixa de existir como fronteira física e passa a existir como fronteira que congrega, como fronteira pensada do ponto de vista de uma linha fortemente marcada na experiência dos moradores da ilha como moradores de rua, o que encerra uma dificuldade a ser traçada conceitualmente, mas que dá a pensar a experiência da rua como fronteira e a fronteira como rua.

A comunidade da Ilha do Bananal mobiliza espaços, temporalidades, fatos e artefatos sociais e da cultura, de maneira a subverter o desejo de *pólis* e consagrar-se ao desejo de *Plaza* (*praça*). Esse desejo de praça é desejo do público, da própria

fronteira, do contexto de uma vida limítrofe, entre o aqui fora e o lá dentro, e sobretudo um *entre* passante, um *entre* nômades.

Esse desejo de *plaza* que é desejo de rua se constitui na “inexpropriação”. O que é irredutível a essa população, o que lhes é inexpugnável, é justamente não apenas a contingência da rua, mas o seu desejo, tanto de amparo como de re-existência – desejo que é complexo e ambíguo no sentido de que seus riscos se configuram na mesma medida de suas possibilidades.

Essa ambiguidade não apenas forja em grande medida o sentido da *comunidade que vem (Agambem)*; essas potências ensaiam as condições de possibilidade de uma política da rua, de uma vida comum, no sentido de uma vida compartilhada, isto é, o mesmo que a utopia de uma comunidade nascente e de uma comunidade que ainda está vindo.

Para pensar uma pedagogia da rua, uma maneira de ensinar próprio da rua, é evocativo pensar a vida compartilhada sendo aquela mesma vida que resiste, que repensa e recria o urbano e, portanto, auto organizada numa nova urbanização, que revira, mexe com os sentidos comuns de habitação, de *habitat* e de hábitos e que ao mesmo tempo coloca-se numa Guerra dos Lugares, como diz Raquel Rolnik, ao abordar o tema.

A população em situação de rua possui um capital cultural urbano, principalmente pela sua imersão no interior da própria dinâmica da cidade, especificamente na dinâmica do centro da cidade. Algumas experiências dão conta de entender esse saber da cidade como um de importância para a própria cidade. É o caso da experiência em que a população em situação de rua atua como guias turísticos, como pesquisadores que fazem entrevistas e recolhem dados para um determinado fim e em experiências como, por exemplo, a de Porto Alegre em que temos o belo exemplo do jornal Boca do Lixo, um jornal que fala da cidade a partir das notícias que os moradores de rua contam e que é distribuído como um jornal que tem igual *status* de notícia como os jornais feitos por empresas de comunicação.

Abaixo se encontram algumas fotos da Comunidade Ilha do Bananal, que certamente conta com esse potencial de criação e que é já um grande diferencial na paisagem urbana colonizada pela circulação de mercadorias do sistema mundo capitalista. A comunidade da Ilha do Bananal comporta um território que vai da

Avenida Prainha até o fim do Morro da Luz. São casarões que deveriam ter sido desapropriados para a construção e passagem do VLT (Veículo Leve sobre Trilhos), que deveria ter sido implementado para a Copa do Mundo de Futebol que aconteceu no Brasil em 2014 e em que Cuiabá se tornou uma das sedes do evento.



*Foto: Eliete Borges Lopes – 2015 – Ilha do Bananal*

## CONSIDERAÇÕES

Nossas reflexões que fecham estas linhas vêm no sentido de considerar que a população em situação de rua represente de fato uma população que possa escolher aquilo que, segundo seu desejo, é o melhor para si e que isso não seja impeditivo para sua permanência entre nós e para a manutenção de uma vida digna – que possamos entender o fenômeno “morar na rua” como uma possibilidade a mais da manifestação da vida, que afirmar a vida em sua potência e aceitar a diferença entre as pessoas é a marca da civilidade e da grandeza de uma cultura; que possamos entender também que a população de rua, apesar de vulnerável, possui tantos aspectos de luta como qualquer outra população que resiste ao modo de organizar e controlar a vida do sistema-mundo capitalista.

Nossas considerações também vão no sentido de que, se falamos de ilhas em que se produzem essas dinâmicas sociais da vida da população em situação de rua,

também podemos falar de ilhas de paz onde esta população possa usufruir de direitos pelos quais ela mesmo luta, empurrando o campo dos Direitos Humanos e mobilizando para pensar a potência do pensamento e da auto-organização nômade.

Compreender que a gestão do tempo das pessoas, de sua força de trabalho é um processo do sistema mundo capitalista ao qual a população em situação de rua pode resistir, e ao qual deveríamos nós também podermos. Mais uma vez vem-nos o sentido da criação das ilhas de paz, como uma condição de possibilidade – ilhas de cuidado em que se possa efetivamente ser o que se é, sem, no entanto, que com isso inviabilizar a própria vida, colocando-a numa condição de vulnerabilidade.

Pensar que lugares reconhecidos como casa, podem sim, trazer o bem-estar e a tranquilidade da casa, de laços diferentes daqueles que os fizeram deixar a própria casa e entender que o território da cidade pode ser um território de vida, portanto dessa casa arcaica que funciona como ninho, como abrigo, como espaço de produção e reprodução da vida.

**2.** Alguns Estados da Federação já se organizaram no sentido de garantir atendimento à População em Situação de rua. O Estado de São Paulo tem uma política estruturada ao longo dos anos e conta com um movimento histórico iniciado na década de 50 do século passado, sua história está melhor detalhada em livros como o de Frangela e no recente livro organizado por Mariana Menezes (*et al.*) “Novas Faces da Rua” citado na bibliografia desta tese. Na cidade de Cuiabá a iniciativa a partir da instituição do Grupo de Trabalho Intersetorial ainda é uma iniciativa tímida. Ela conta atualmente com o apoio da Secretaria de Estado de Trabalho e Assistência Social (SETAS-MT) para iniciar uma política a partir de um trabalho que deverá congrega Secretarias como a Secretaria Estadual de Saúde (SES-MT), Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH-MT), dentre outras, mas ainda se configura como um trabalho inicial.

Esse processo nascente é vivido por um grupo no qual nos inserimos e para o qual certamente levaremos os pensamentos desse escrito. Sobre a estruturação da rede de apoio à população em situação de rua apenas lembráramos um momento do livro de Frangela que relata:

Há vários méritos nesta gradual construção da rede política que projeta o morador de rua como sujeito de direito: ela reduziu a violência institucional,

abriu caminho para ocupações de trabalho – que creio estarão mais bem sistematizadas com o decorrer do tempo –, tem proporcionado a pessoas que há muito estão mergulhadas nas dinâmicas desnorteantes e excludentes das ruas da cidade de São Paulo uma referência mínima de cidadania e a sensação de ter a quem recorrer. (FRANGELLA, 2004, p.95)

**3.** Algumas considerações também vêm no sentido de denunciar que o espaço estudado, a Ilha do Bananal, tem sido vista pela política pública como o próximo ponto a ser higienizado na cidade de Cuiabá. Isto está começando a circular dentro dos gabinetes e por informações dos próprios envolvidos com o trabalho junto aos moradores da ilha, chegou-nos a notícia de que a intenção é a de transformar o lugar onde hoje se encontram os casarões em uma grande praça, e retirar do território toda a comunidade da Ilha do Bananal.

**4.** além dessa denúncia recebida junto à Defensora Pública, também existem as denúncias dos profissionais de saúde quanto ao espancamento e violência sistemática que se está sendo impetrada contra a população em situação de rua da região da Rodoviária e Jardim Leblon. Essa ação está ocorrendo há mais ou menos 2 meses a mando dos Coronéis da Polícia Militar responsáveis pelas unidades “Crack é possível vencer” situadas nessas regiões. Essa ação tem ocasionado a ida da população em situação de rua para a Ilha do Bananal e a perspectiva é a de que em breve a polícia realize na Ilha um novo “Baculejo Nervoso” desta vez para a retirada da comunidade para a demolição dos casarões e higienização do Centro da Cidade de Cuiabá.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGAMBEM, Giorgio. *A Comunidade que vem*. 1ª Edição. Lisboa: Editorial Presença, 1993.

\_\_\_\_\_. *Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

ARROYO, Miguel G. *Currículo, território em disputa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_. *Outros sujeitos outras pedagogias*. Petrópolis: Vozes, 2012.



BRASIL. *Estatuto da cidade*: guia para implementação pelos municípios e cidadãos: Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece diretrizes gerais da política urbana. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, 2001.

BRASIL. *Pesquisa nacional sobre a população em situação de rua*. Brasília – DP: [s.n], 2008. Disponível em: <http://www.criancanaoederua.org.br/pdf/Pesquisa%20Nacional%20Sobre%20a%20Popula%C3%A7%C3%A3o%20em%20Situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20Rua.pdf> (Acessado em 07/11/2016).

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. *Decreto nº 7053 de dezembro de 2009*: Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília – DF: [s.n.], 2009.

*DIREITOS do Morador de Rua* – um guia na luta por dignidade e cidadania. [S.l.]: Ministério Público do Estado de Minas Gerais, [20--]. p.45.

FRANGELLA, Simone Miziara. *Corpos urbanos errantes*: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo. 361 f. 2004. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004. p. 86.

FREIRE, Paulo. *A educação como prática da liberdade*. 23ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

\_\_\_\_\_. *Pedagogia do oprimido*. 42ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

GUATTARI, Félix. *Caosmose*: Um novo paradigma estético. São Paulo: Ed. 34, 1992.

LIMA, S. T. et al. (Org.) *RUAÇÃO*: das epistemologias da rua à política da rua. Cuiabá: EdUFMT, 2014.

*MEGAEVENTOS e violações de direitos humanos no Brasil*: Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa. [S.l.: s.n., 20--]. Disponível em formato PDF em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/DossieViolacoesCopa.pdf>

KASPER, Christian Pierre. *Habitar a rua*. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Unicamp, Campinas, 2006.

LINS, Daniel (org.) *Nietzsche/Deleuze: arte, resistência*. *Simpósio Internacional de Filosofia*. Fortaleza – CE: Forense Universitária, 2007.

PARESCHI, A. C. C.; ENGEL, C. L.; BAPTISTA, G. C. *Direitos Humanos, grupos vulneráveis e segurança pública* (Coleção pensando a segurança pública, volume 6). Brasília – DF: Ministério da Justiça e Cidadania. Secretaria Nacional



de Segurança Pública, 2016. Disponível em [http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pensando/pensando-a-seguranca-publica\\_vol-6.pdf](http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/pensando/pensando-a-seguranca-publica_vol-6.pdf) (Acessado em 08/11/2006).

PELBART, Peter Pal. *Vida Capital: Ensaio de Biopolítica*. São Paulo: Iluminuras, 2003.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

RUI, T.; MARTINEZ, M.; FELTRAN, G. (Org.) *Novas faces da vida nas ruas*. São Carlos: EdUFSCAR, 2016.

\*\*\*

**Eliete Borges Lopes:** Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso na Linha de Pesquisa Movimentos Sociais, Política e Educação Popular. Tem dois livros de poesias publicados, além de poemas esparsos, produção de Mostra de Cinema e Espetáculos de Dança Contemporânea. Trabalha com oficinas de arte, literatura e educação. Adaptação de roteiros, mini-cursos e oficinas pedagógicas. Integra atualmente o Grupo de Pesquisa Movimentos Sociais e Educação e Milita junto aos Direitos Humanos.

\*\*\*

**Artigo recebido para publicação em:** outubro de 2016

**Artigo aprovado para publicação em:** novembro de 2016

\*\*\*

### **Como citar:**

LOPES, Eliete Borges. No front da vida: Artes - fatos e afetos de uma Comunidade em situação de rua em Cuiabá MT. **Revista Transversos. “Dossiê Resistências: LEDDES 15 anos”**. Rio de Janeiro, n.º. 08, pp. 250-266, ano 03. dez. 2016.

Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos>>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2016.26545

